

# EDUCAR E EVOLUIR

ISSN 2596-2116

VOLUME 1 • NUMERO 10 • MARÇO DE 2024



**NOVA GERAÇÃO**

Assessoria Educacional



Revista Educar e Evoluir - Nova Geração Assessoria Educacional

Quarta Edição - Volume 1 – N 10, (Março de 2024)

Trimestral

ISSN 2596-2116

E-mail: [educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br](mailto:educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br)

Endereço Eletrônico: <http://www.novageracaoeducacional.com.br/wp/revista/>

Bibliotecária Responsável: Cláudia Luísa Siqueira

Número de Credenciamento: CRB 10260 / 8 Região

# CARTA AO LEITOR

Estamos em uma sociedade transformadora e a educação deve atender aos anseios da comunidade. As novas perspectivas de um futuro é tudo aquilo que todos nós educadores, tentamos há décadas, direcionando nossos docentes à uma especialidade de ser auto suficiente.

Para uma educação voltada para a reflexão, a crítica, a ação e a inovação estamos criando a revista Educadores do Futuro, com intuito de auxiliar nossos educadores a direcionar melhor a educação num todo, com novas habilidades e mudanças no cotidiano educacional.

Ao direcionar a criação desta, levamos em conta as mudanças econômicas e tecnológicas, que propiciaram uma abundância de informações e a aceleração na circulação dos conhecimentos.

Quando as mudanças são apresentadas, há relutância, mas com uma forma diferente para enxergarmos a educação como prioridade máxima e suas razões futuristas.

Garantimos à todos um propósito de alcançar seus objetivos e se aliar aos grandes pensadores, profissionais da educação num modo geral, que relutem contra tudo e contra todos por um futuro melhor na cumplicidade dos projetos intra e extra curriculares, estratégicos, na revolução do mundo criativo e de fontes na interdisciplinaridade mundial transformadora para um futuro brilhante de toda nação.

Destacamos que a educação hoje se fundamenta no desenvolvimento de competências fundamentais para a educação do futuro e apresenta princípios legais que regem os processos educacionais neste início do século XXI. O entendimento de que precisamos aprender a aprender, nos remete à revisão habitual das praticas que envolvem a educação.

Assim, adaptar-se aos saberes necessários a uma prática pedagógica contextualizada com realidades atuais é essencial para construir um modelo educacional de qualidade.



**Severino José Gonçalves**  
Diretor da Nova Geração Assessoria Educacional

# EDITORIAL

É muito claro que o processo educacional está sempre em constante transformação, permeado pelo contexto da nova realidade de mundo e cotidiano que vivemos atualmente.

Aos longos anos que participamos do processo de formação de educadores, nós da Nova Geração Assessoria Educacional percebemos a grande necessidade de trocas de experiências entre os profissionais da educação.

Sabendo que além da prática docente, a troca de experiências e vivências no contexto educacional com uma linguagem produzida com a experiência dos professores e educadores é uma forma de transmissão e compartilhamento de conhecimentos e consequentemente da evolução e aprimoramento na formação dos agentes transformadores.

Com a experiência que temos e a pedido de muitos dos nossos queridos alunos educadores, é que nós da Nova Geração Assessoria Educacional propomos esse projeto de compartilhamento de práticas, vivências e materiais de pesquisa entre educadores, através dessa

ferramenta, pois sabemos o quão útil esse canal se tornará para o futuro da educação.

Acreditamos no diálogo entre os educadores, das suas práticas, das suas vivências e das suas pesquisas na área da educação, tanto bibliográficas quanto in loco, confiamos assim que essa é uma forma objetiva e efetiva de troca de saberes e conhecimentos, com teores educacionais essenciais para a prática, reflexão e auto-reflexão docente.

Dessa forma, apresentamos a revista “Educar e evoluir”, material que será publicado em edições on-line e Trimestrais que sempre terá como conteúdo artigos científicos, projetos educacionais, práticas docentes e pedagógicas, materiais de pesquisas acadêmicas que sempre serão publicados com o intuito de formação dos professores e educadores em geral.

A Nova Geração Assessoria Educacional tem a participação de seus alunos, formadores e seus conhecimentos como o maior patrimônio de conhecimento e a ampliação está no compartilhamento que será possível com esse projeto.

# EXPEDIENTE

## **EQUIPE EDITORIAL**

Leandro Riverti de Souza  
Severino José Gonçalves

## **EDITOR CHEFE**

Severino José Gonçalves

## **REVISÃO E NORMATIZAÇÃO DE TEXTO**

Thainara Riverti Gonçalves  
Luciene Martins Riverti

## **CAPA E PROJETO GRÁFICO**

Larissa Riverti do Nascimento

Revista Educar e Evoluir  
Sexta Edição - Volume 1 – N 10  
(Março de 2024)

## **PERIODICIDADE: Trimestral**

Os conceitos emitidos nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem prévia autorização dos autores.

**COPYRIGHT:** Nova Geração Assessoria Educacional  
Rua Professor Antônio Gama de Cerqueira, 325 – Vila Americana – São Paulo/SP  
CEP 08010-130 – Telefone: 2025-8405  
E-mail: [educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br](mailto:educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br)

**BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL:** Cláudia Luísa Siqueira  
Número de Credenciamento: CRB 10260 / 8 Região

**ÍNDICE**

- 07** | **A MÚSICA NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO AUXÍLIO NA ALFABETIZAÇÃO**  
- Jaime Hermino de Almeida
- 13** | **BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: FORMA PROFESSORES?**  
- Silvandira Silva Soares
- 21** | **CONDUTA ÉTICA DE DOCENTES NO ESPAÇO ESCOLAR**  
- Jaime Hermino de Almeida
- 26** | **LUDICIDADE E APRENDIZAGEM COM O AUXÍLIO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**  
- Jaime Hermino de Almeida

# A MÚSICA NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO AUXÍLIO NA ALFABETIZAÇÃO

Jaime Hermino de Almeida

Graduado em Educação Física, Licenciatura Plena pela Faculdade do Clube Náutico Mogiano no ano de 1987; Pós-graduado em Ciência da Preparação Física - Faculdades Integradas Castelo Branco no ano de 1989; Professor de Ensino Fundamental e Médio de Educação Física na EMEF Capistrano de Abreu



## RESUMO

As músicas traduzem épocas, exprimem os valores e a riqueza dos vários grupos sociais. Faz parte da cultura: conhecer a produção musical de um povo e entrar em contato com parte de sua riqueza. Este estudo tem como objetivo mostrar a compreensão da música como um produto histórico e cultural sendo capazes de identificar características da sociedade que a envolve, possibilitando ao aluno o contato com diversas manifestações musicais para serem estudadas de maneira crítica e contextualizada, revelando ao aluno a dimensão do patrimônio cultural brasileiro. Há uma necessidade de conteúdos diversificados neste contexto, buscando inovações, que o presente estudo sugere o resgate da música popular na escola, contemplando uma proposta pedagógica que sugere atividades diferenciadas dentro das escolas. As músicas traduzem épocas, exprimem os valores e a riqueza dos vários grupos sociais. Conhecer a produção musical de um povo é entrar em contato com parte de sua riqueza.

Palavras-chave: Aprendizagem; Música e Educação.

## ABSTRACT

Music reflects eras and expresses the values and wealth of various social groups. It is part of culture: to learn about the musical production of a people and to come into contact with part of its wealth. This study aims to demonstrate the understanding of music as a historical and cultural product, capable of identifying characteristics of the society that surrounds it, allowing students to come into contact with various musical expressions to be studied in a critical and contextualized manner, revealing to students the dimension of Brazilian cultural heritage. There is a need for diversified content in this context, seeking innovations, which this study

suggests the recovery of popular music in schools, contemplating a pedagogical proposal that suggests differentiated activities within schools. Music reflects eras and expresses the values and wealth of various social groups. To learn about the musical production of a people is to come into contact with part of its wealth.

Keywords: Learning; Music and Education.

## INTRODUÇÃO

Ao trazer as canções para a sala de aula, além de uma nova possibilidade de uso dos textos, pois aprender uma música inclui conhecer sua letra, também se constrói um repertório comum, uma bagagem de todos os alunos, que pode ser compartilhada em qualquer momento.

A música popular brasileira nas escolas pode ser uma maneira de despertar o orgulho de fazer parte da maior expressão musical popular existente no planeta, pode também ser um jeito gostoso de conhecer o Brasil e sua exuberância natural e cultural. A música pode ser utilizada de maneira interdisciplinar e instrumento para trabalhar o desenvolvimento cultural, a integração, a reiteração do conceito de cidadania e a valorização da tradição oral e da cultura popular.

Nas atividades propostas relacionadas à ortografia ou à reflexão sobre o sistema de escrita, é preciso que os alunos tenham um momento inicial em que aprendam a música, conheçam a letra e a melodia, aprendam se significado, cantem várias vezes, tenham tempo de apreciá-las, divertir-se enquanto cantam.

É interessante que tenham em mãos para acompanhar a música. Em seguida, dê algumas informações sobre o autor e a época em que a música foi composta. Apresentar as letras das canções, uma a uma, e ensinar as melodias aos alunos.

O desenvolvimento de uma atitude de antecipação dos possíveis erros na escrita das letras buscando mecanismos para saná-los. Apresentar as letras das músicas para que os alunos realizem a leitura por inferência, antes do domínio do sistema alfabético de leitura.

A ampliação do repertório e conhecimento sobre as músicas e sobre os músicos, o conhecimento das letras das músicas. Assim como a reflexão sobre o sistema alfabético numa situação de leitura e escrita das músicas e a análise das questões ortográficas ainda não dominadas pelos alunos.

## **1. INSTITUIÇÃO ESCOLAR E MUSICA**

A música é um meio de persuasão existente na sociedade, através dela é possível transmitir não somente palavras, mas também sentimentos, ideias e ideais que podem ganhar grandes repercussões didáticas se bem direcionadas. O conhecimento intelectual, segundo Freitas (2010), de um aluno é resultado da interação dele com o meio e não somente por si mesmo.

Assim, o meio pode se materializar de muitas maneiras e são justamente essas variações que podem diversificar as metodologias didáticas aplicadas no processo ensino-aprendizagem, independentemente da disciplina que se deseja trabalhar, nesse caso o mediador do procedimento é o educador, é ele quem direciona ou conduz o aluno nesse sentido. A música ajuda no desenvolvimento intelectual e a interação do indivíduo na sociedade, se usada de uma forma planejada. A música como alternativa didática faz aumentar o interesse do aluno, que muitas vezes sem perceber se encontra totalmente envolvido no processo, uma vez que o conjunto de palavras contidas no texto da música é aproveitável em distintas temáticas como ponto de partida na construção do ensino-aprendizagem. (FREITAS,2010).

O aluno no ambiente escolar, cita Freitas (2010), associado à música traz, comprovadamente, melhoria no humor, gerando um ambiente com indivíduos mais alegres que tendem a serem mais motivados a participar das atividades escolares. Além disso, o uso da música na escola provoca também um melhor relacionamento entre os alunos, facilitando trabalhos coletivos e contribuindo com a perda da timidez, favorecendo a linguagem corporal.

Só tendo uma música no ambiente escolar, enquanto são desenvolvidas explicações de conteúdos didáticos, já ajuda no alívio de qualquer forma de tensão e um melhor comportamento disciplinar por parte dos alunos no transcorrer da aula. É notável na classe, com os alunos, que a música se usada como base curricular de forma multidisciplinar é essencial, pois garante um resgate do aluno para com o conteúdo e seu educador.

A educação musical envolve formação de grupos em quase todas as atividades musicais: corais, banda, teatro, rodas e brinquedos cantados. O importante é preservar a expressividade de cada elemento envolvido no trabalho. O educador deve estar atento e valorizar todas as formas de expressão escolhidas pelas crianças. (LOUREIRO,2010)

As atividades musicais contribuem para que o educando aprenda a viver na sociedade, abordando assuntos pontuais como: disciplina, respeito, gentilezas e polidez.

A festa com presença da música deve levar em consideração a proposta para não dar a ideia de recreação, passa tempo ou demonstração superficial de um trabalho sério. Toda atividade que envolve canções deve ter objetivos claros, ricos, abrangente e expressivo. As datas comemorativas, conforme Loureiro (2010), são situações aproveitáveis nas escolas para atividades musicais que deverão ser planejadas e analisadas.

Quando se fala em educação há a ideia que a mesma se refere somente a parte desenvolvida no âmbito escolar, mas o que ocorre está além, é conhecer o mundo, a convivência em sociedade e sua organização, processo que começa no contato da criança com o país e familiares e com os objetos que encontram-se ao seu redor. (FREITAS,2010).

Envolvendo pessoas de fora no enriquecimento do ensino e promovendo interação com os grupos musicais e artísticos das localidades, a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes sensíveis, amadores talentosos ou músicos profissionais. Incentivando a participação em shows, festivais, concertos, eventos da cultura popular e outras manifestações musicais, ela pode proporcionar condições para uma apreciação rica e ampla onde o aluno aprenda a valorizar nos momentos importantes em que a música se inscreve no tempo. (P.C.N. – Arte p.77).

## **2. PROJETOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO MUSICAL**

O período de adaptação já passou e o conteúdo passou a ser obrigatório. As unidades que ofereciam a Música de forma optativa tiveram que rever o assunto, incluindo o ensino da Música no conteúdo obrigatório da área de Artes. As escolas, conforme CORREIA (2013), tiveram três anos para se adequar à implantação do ensino musical a partir da sanção da lei, em 2008.

Ausência do MEC uma imposição porque é como se não existisse um manual de instrução para os gestores escolares saberem como aplicá-la. Assim, temos uma lei federal importantíssima sendo subestimada e comprometendo o potencial de identificar futuros músicos entre os alunos. (CORREIA,2013)

O ensino da Música ligada a Projetos públicos dedicados também existem e estão espalhados pelo país, é verdade, mas, a demanda é grande para uma estrutura que conta minimamente com investidores e dependem muito da boa vontade dos professores.

Devido a limitações de orçamento, de pessoal e métodos adequados, nem todas as instituições públicas estão aptas a cumprir as exigências da lei e, assim, relatos de boas experiências ainda são raros. (CORREIA,2013). O ensino da Música ainda caminha a passos lentos. Incluir música na vida de crianças e jovens, dos 4 aos 17 anos depende do esforço pessoal dos responsáveis, que buscam colocar os filhos em contato com a Música seja em escolas especializadas, com professores particulares, ou ensinando Musicalidade em casa, de acordo com a própria capacidade.

A Educação Musical é muito importante, talvez essencial, para a construção de cidadãos melhores. Pedagogos ligados aos estudos musicais afirmam que a Música estimula nas crianças a inteligência racional e emocional, afetividade, empatia e sociabilidade.

## **3. O ENSINO DE MÚSICA NAS ESCOLAS NA INFÂNCIA**

As crianças se relacionam de forma natural com a música, já que os sons e a música como forma de comunicação que representam, são algumas das principais formas de relacionamento humano. Quando canta, bate, ou qualquer forma que a criança utiliza

para produzir soma criança “se transforma em som”, representa a si através do som. E é por isso que brincar é a melhor forma da criança aprender, porque quando brinca, diverte-se e concentra maior atenção para aquilo que faz. (BRITO,2003). O poder de abstração das crianças é muito grande, percebem primeiro o todo e depois o particular, os detalhes.

O professor deve colocar os alunos em contato com estilos e gêneros diferentes, proporcionando a diversidade e expandindo o universo musical dos mesmos. Dessa forma ele fortalecerá os traços culturais pé existentes e também fará com que respeitem os gostos e a cultura de outras pessoas.

A apresentação de obras musicais que tenham algo em comum com suas composições é uma boa maneira de atingir a percepção das crianças, já que um dos elementos de comparação elas já conhecem e tem uma relação mais forte.

Na escola, o ensino musical não tem a intenção de formar o músico profissional, assim como o ensino das ciências não visa à formação de cientistas. Dessa forma, é interessante que ela esteja presente no ambiente escolar. Para Hentschke & Del Ben (2003) as funções da música no contexto escolar são: “[...] auxiliar crianças, adolescentes e jovens no processo de apropriação, transmissão e criação de práticas músico-culturais como parte da construção de sua cidadania. O objetivo primeiro da educação musical é facilitar o acesso à multiplicidade de manifestações musicais da nossa cultura, bem como possibilitar a compreensão de manifestações musicais de culturas mais distantes. É importante que a educação musical escolar, seja ela ministrada pelo professor uni docente ou pelo professor de artes e/ou música, tenha como propósito expandir o universo musical do aluno, isto é, proporcionar-lhe a vivência de manifestações musicais de diversos grupos sociais e culturais e de diferentes gêneros musicais dentro da nossa própria cultura. (P. 181). ”

Nas aulas de música em grupo são trabalhados aspectos como, por exemplo, o respeito pelos colegas, a cooperação que as atividades realizadas em coletivo exigem e a união da turma na busca de alcançar objetivos que sejam comuns a todos, como por exemplo, cantar e dançar em roda ao mesmo tempo. Assim fica fortalecida a ideia de que este conteúdo específico deve ter seu lugar reservado nas grades curriculares escolares.

Hentschke (1995) destaca algumas razões que justificam a presença da educação musical nas escolas: como proporcionar à criança: o desenvolvimento das suas habilidades estéticas e artísticas, o desenvolvimento da imaginação e do potencial criativo, um sentido histórico da nossa herança cultural, meios de transcender o universo musical de seu meio social e cultural, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor, o desenvolvimento da comunicação não-verbal. (Apud JOLY, 2003).

Dela lande, conforme cita Brito (2003), em sua pesquisa, afirma que o melhor caminho na educação infantil é observar como está sendo explorado o universo sonoro e musical, e com estas informações maximizar a experiência sonora da criança, direcionando e ampliando suas possibilidades, sempre respeitando o ritmo e a maneira da criança realizar suas descobertas.

Subdivide a exploração sonora infantil em três partes, aqui melhor delimitada:

**Exploração:** desde bebês, as crianças em seu desenvolvimento sensório-motor, já podem utilizar objetos que provocam ruídos. Primeiramente com o simples tocar e depois explorando o objeto com modificações na forma que toca, com que força, e aonde toca, provocando variações no resultado sonoro;

**Expressão:** a representação da expressão pela criança, se dá pela representação do real através do som, como por exemplo quando imita a dificuldade ou facilidade de subir ou descer uma escada. A criança liga o som à sua fonte e o que ele representa para ela, sempre realizando os dois juntos, som e gestual, como por exemplo quanto imita o som de um carro, o faz juntamente como gesto de dirigir o carro;

**Construção:** a organização das ideias musicais pela criança se dá por voltados seis ou sete anos de idade, já que antes disso a criança se expressa pela música como fonte de exploração ou representação de cenas. Quando esta passa pelo período do jogo com regras, começa a organizar o conteúdo de sua produção seguindo regras dadas ou criadas por elas.

Quando faz um som ou um movimento sonoro, a criança não está consciente de que está fazendo música, mas quer apenas interagir com os objetos ou com si mesma. Ela não quer fazer música no sentido

que conhecemos, mas o faz através da ausência de intenção, para ela não importa como o outro toca o seu instrumento ou se está fazendo corretamente, ela simplesmente toca. (BRITO,2003)

Conforme Brito (2003), é possível estabelecer relativos entre a expressão gráfica e a linguagem da criança com a música. Ao fazer um desenho que ocupa todo o espaço do papel, por exemplo, ela explora suas capacidades motoras, ou quando ela está no processo de aquisição da linguagem, tem de organizar, filtrar e reproduzir o que ouve de forma significativa, para que ela absorva o conhecimento, esse processo ocorre de forma parecida na música.

As crianças devem ser estimuladas a pesquisar em casa e com os materiais que tiver disponível, muito material reciclável, em época de sustentabilidade em alta, pode ser utilizado.

Além disso, há o aspecto cultural, os instrumentos locais ou de sua cultura devem ser valorizados, já que normalmente as crianças já tiveram contato com eles.

A música vocal é uma das maiores fontes de expressão musical do bebê, pois representa sua forte comunicação com os pais ou responsáveis. Este absorve qualquer som a sua volta e aos poucos vai organizando-os para sua futura comunicação. Para a criança, a movimentação e a exploração de suas possibilidades motoras deve ser sempre utilizada para promover a percepção musical, já que ela não distingue ainda as sensações e ações como dados diferentes. (BRITO,2003)

Esta postura, cita Brito (2003), é importante pois o professor como modelo deve mostrar que não é importante só o conteúdo, mas sim o contexto, como se conta e que há várias formas de interpretar o mesmo fato.

Na fase dos bebês e crianças, a exploração vocal deve ser um dos objetivos do trabalho. O educador deve observar se há crianças com problemas vocais para encaminhamento ao médico especialista.

O faz-de-conta é outro recurso que pode ser utilizado, seja sonorizando ou usando como efeitos especiais para alguma história, a criança tem grande atenção ao som quando este tem relação direta com algo, especialmente se a história for criada por elas.

É importante ressaltar, conforme Brito (2003) que ao contar a história para as crianças, a voz seja expressiva e clara, representando cada parte através de uma mudança na entonação.

O educador deve estar atento às sugestões das crianças, já que se forem participantes ativas na história, a compreensão será muito melhor. As crianças podem ser questionadas quanto a qual instrumento fez qual som, qual personagem representava.

Para enriquecer as histórias contadas, podemos e devemos utilizar a voz, o corpo e objetos de forma criativa para melhor envolver a criança na história. É importante experimentar o que funciona para representar uma ação. As radio novelas utilizavam-se da sonoplastia, que representa da forma mais fiel possível o som. (BRITO,2003)

Podemos usar os instrumentos para sonorizar a história ou para representar cada personagem, não tentando imitar o som real que este emite, mas sua expressão.

Um arranjo musical, cita Brito (2003), é a forma com que são organizadas as partes e seções para formarem uma unidade, o arranjo conseguir representar a peça. Da parte do educador, é importante que utilize estruturas simples e que possibilite a intervenção da criança, estimulando a participação na atividade, podendo criar atividades onde o objetivo seria que as crianças realizarem o arranjo.

Antigamente, a notação musical era imprecisa e usada principalmente como auxiliar da memória, depois ganhou precisão, onde tudo deveria ser notado, mas esta notação era limitada, apesar de servir para a música da época, não atende necessidades da música moderna, que adotou novamente formas imprecisas de notação. A notação ou registro musical tem o objetivo de preservar a ideia musical, e pressupõe o conhecimento da linguagem daquele que a lê. (BRITO,2003)

“A notação deve ser o resultado de uma necessidade musical e pedagógica, e não o ponto de partida da iniciação musical,”(C. Renard, 1982, p 128)

Brito(2003) considera que a notação musical pode ser trabalhada a partir dos três anos de idade, através do desenho do som como a representação corporal do som, “fazer o que a mão ficou com vontade de fazer.

O ensino de música nas escolas tanto de Educação Infantil, contribui para a formação musical dos alunos, sendo um Instrumento de transformação social, onde o ambiente de ensino e aprendizagem pode proporcionar o respeito, a amizade, a cooperação e a reflexão tão importantes e necessárias para a formação humana. É interessante perceber que a forma como a criança representa graficamente o som é muito próxima de como ela o percebe e executa, e este pode ser uma ótima forma de entender um pouco mais da percepção delas.

Por isso, é importante, segundo Brito(2003) que se parta de uma imagem sonora globalizante, e não de alturas definidas. Para as crianças, especialmente na educação infantil, o espaço sonoro é global , aberto e também multidirecional.

Cada criança é única, portanto deve-se levar em conta que o trabalho pode e deve variar de grupo para grupo. Para as crianças, fazer ou ouvir música não significa seguir regras, mas sim vivenciar o momento, aprender.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um trabalho sistemático com músicas em sala de aula permite uma experiência alegre. Agradável e ao mesmo tempo produtiva do ponto de vista das aprendizagens que são favorecidas. Aprender música popular brasileira nas escolas pode ser despertar a felicidade de sentir-se brasileiro, despertando o sentimento cívico tão distante hoje em dia dos alunos.

Aproveitando as letras das músicas que são de fácil memorização para utilizá-las em propostas de reflexão sobre os aspectos notacionais: a ortografia, no caso dos alunos com hipótese de escrita alfabética, e a reflexão sobre o sistema de escrita, no caso dos alunos que ainda escrevem segundo hipóteses anteriores a esta. É preciso considerar que quando as músicas são trazidas de forma cuidadosa, quando apresentadas como algo que é realmente valorizado pelo professor, essas músicas também poderão ganhar um lugar especial.

Podemos considerar que a escola é um dos espaços em que os mais novos têm contato com a cultura de seu povo, é nela que poderão se aproximar de determinados bens culturais onde poderão conhecer e apreciar algumas produções que, de outra maneira, não teriam acesso.

Ao trazer as canções para a sala de aula, principalmente

na Educação Infantil, além de uma nova possibilidade de brincadeiras e textos, pois aprender uma música inclui conhecer sua letra, também se constrói um repertório comum, uma bagagem de todos os alunos, que pode ser compartilhada em qualquer momento.

Acredita-se que a abordagem do tema é significativa por se tratar de um patrimônio não material brasileiro, com o qual crianças e jovens devem ser estimulados a travar contato, ampliando suas referências culturais.

Ao observar o contato da criança de hoje com um repertório já tradicional de música popular brasileira é importante observar a necessidade de estabelecermos um diálogo com o universo cultural do grupo e sons da contemporaneidade que compõem seu imaginário musical. Trazer a música popular brasileira na sala de aula não significa desvalorizar as preferências musicais dos jovens e crianças.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental,(1998). Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, v. 3.
- BRITO, Teca, Alencar, Música na Educação Infantil: propostas para formação integral da criança. 2ª ed. São Paulo: Peirópolis.2003.
- CAMPBELL, Linda; CAMPBELL, Bruce; DICKINSON, Dee. Ensino e Aprendizagem por meio das Inteligências Múltiplas .2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CATUCCI, Stefano. A História da Música - sons, instrumentos, protagonistas. Porto,Portugal: Porto, 2001.
- CORREIA. Isis Mastromano. Educação Musical ainda não acontece na escola pública. Por quê?. 2013. Disponível em <http://blog.santoangelo.com.br>. Acesso em julho de 2024.
- CRUZ, Otávio, Neto. O Trabalho de campo como descoberta e criação. 2003.
- DEL BEN, L. Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula. São Paulo:Ed. Moderna.2003.
- FREITAS,Eduardo. Música e Educação.2010. Disponível em : <http://educador.brasilecola.com/orientacoes/musica-educacao.htm> Acesso em julho de 2024.
- FERREIRO, Emilia. Com Todas as Letras. São Paulo: Cortez, 1999.
- FONTEERRADA, Marisa, Trench, Oliveira. De tramas e fios – Um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora UNESP.2005.
- GÓES, Raquel Santos. A música e suas possibilidades no desenvolvimento da criança e do aprimoramento do código lingüístico. Revista do Centro de Educação a Distância- CEAD/UDESC, Vol. 2, Nº. 1. 2009.
- IAN, Hans Günther. Música na escola: contribuição do ensino da música no aprendizado e no convívio social da criança. São Paulo: Paulinas, 1ª ed., 2009.
- JOLY, Ilza, Zenker, Leme. Educação e educação musical: conhecimentos para compreender a criança e suas relações com a música. In:\_\_\_\_. HENTSCHKE, L;2003.
- LOUREIRO ,Alicia Maria Almeida - O Ensino da música na escola fundamental . Ed. Papirus.2010.
- PIAGET, Jean. A formação do símbolo: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte, TAVARES, Isis Moura. Artes visuais e música. Curitiba: IESDE Brasil, 2006.
- THIESSEN, Maria Lúcia; BEAL, Ana Rosa. Pré-escola, tempo de educar. São Paulo: Ática,1987.
- VILELLA,Ivan. Música Popular nas Escolas.2012

# BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: FORMA PROFESSORES?

Silvandira Silva Soares

Graduação em Letras pela Faculdade Braz Cubas (2001); Especialista em Práticas Reflexivas e Ensino Aprendizagem de Inglês na Escola Pública pela Faculdade Pontifícia Universidade Católica (2013); Professor de Ensino Fundamental II e Médio - Língua Inglesa - na EMEF Capistrano de Abreu, Professor de Educação Básica – Língua Inglesa - na EE Estela Borges Morato.



## RESUMO

Este artigo tem como objetivo contextualizar a formação de professores, a partir da análise da Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. No início do ano de 2020 o mundo foi assolado pela pandemia da COVID 19. As escolas do Brasil e do mundo tiveram que fechar as portas e, em pouco tempo, se reinventar para conseguir proporcionar situações de aprendizagem para os alunos num modelo de trabalho à distância para o qual não estavam preparados. A partir daí as falhas do processo de formação inicial e em serviço de professores, ficaram evidentes. O despreparo em relação às tecnologias digitais e seus usos no cotidiano escolar; e o despreparo ao lidar com alunos com necessidades especiais. Nesse período todas as deficiências de formação foram expostas e, apesar de passarem por um breve reconhecimento por parte da sociedade naquele momento, os ataques à profissão e aos docentes continuam. Por meio de pesquisa bibliográfica, fez-se uma breve retomada do contexto histórico sobre a formação de professores no Brasil e seu estado atual; possíveis desdobramentos para que se tenha professores mais preparados para lidar com os desafios atuais da educação brasileira e, em consequência, mais valorizados pela sociedade e como todas essas mudanças podem ser benéficas para o aluno.

Palavras-chave: formação de professores; formação continuada; base nacional comum da formação de professores da educação básica.

## ABSTRACT

This article aims to contextualize teacher training, based on the analysis of the Proposal for a Common

National Base for Teacher Training of Basic Education. At the beginning of 2020, the world was devastated by COVID 19 pandemic. Schools in Brazil and around the world had to close their doors and, in a short time, reinvent itself to be able to provide situations of learning for students in a distance work model for which there is no they were prepared. From then on, the flaws in the initial training process and in teaching in service were evident. Lack of preparation in relation to technologies digital and its uses in everyday school life; and lack of preparation when dealing with students with disabilities. During this period, all training deficiencies were exposed and, despite undergoing brief recognition by the society at that time, attacks on the profession and teachers continue. Per Through bibliographical research, a brief review of the historical context was made about teacher training in Brazil and its current state; possible developments so that teachers are better prepared to deal with the current challenges of Brazilian education and, consequently, more valued by society and how all these changes can be beneficial for the student.

Keywords: teacher training; continued training; national base common aspect of basic education teacher training.

## INTRODUÇÃO

O fato de que há diversas lacunas no que tange a formação de professores é amplamente conhecido. Essas lacunas ficaram mais nítidas durante o período da Pandemia da Covid 19. Partindo do exposto acima, e sendo professora, que também passou por diversas dificuldades durante aquele período, procuramos responder neste artigo: Quais são as políticas públicas desenvolvidas para a formação de professores que pudessem sanar tais dificuldades e lacunas?

Descobriu-se então que há em processo de homologação no MEC desde 2018 uma Base Nacional Comum para Formação de Professores. Partindo dessa informação, fizemos uma pesquisa bibliográfica acerca do assunto.

Primeiro fizemos leituras que dessem conta de traçar um breve contexto histórico sobre a formação docente no Brasil. Nesse momento, nossa preocupação foi saber como se dava tal formação e quais documentos a embasavam.

Em seguida, fizemos uma leitura sobre artigos que mencionavam a formação de professores na atualidade. A importância de parcerias entre universidades, escolas e comunidades; de reconhecimento da profissão docente pela sociedade; e de o próprio professor conhecer-se como potência que pode ajudar o aluno a ter uma educação de qualidade, mas não só isso. É preciso reconhecer a escola como local em que as políticas públicas educacionais se efetivam.

Na sequência fizemos um breve estudo sobre a BN-CFP (Base Nacional Comum de formação de Professores). Se o nosso objetivo precípua foi conhecer o documento, ao realizar a leitura e confrontá-lo com artigos e autores, houve a surpresa de que tal documento vem inscrito sob uma ótica neoliberal e que traz em seu bojo uma visão negativa da profissão docente e da formação de professores.

Como o objetivo principal não era a crítica ao documento, tentou-se fazer uma leitura neutra e desprovida de criticismos, mas em alguns momentos há a necessária chamada à realidade. Afinal estamos escrevendo sobre uma profissão e profissionais que são alvos permanentes do escrutínio da sociedade e de políticos que legislam em favor de empresas e organizações.

A qualidade da educação passa pela valorização da carreira docente, pelo reconhecimento da carreira pela sociedade e por meio do desenvolvimento de políticas públicas que sejam voltadas para a tal qualidade da educação

## **1 FORMAÇÃO DOCENTE - BREVE CONTEXTO HISTÓRICO**

A história da formação docente no Brasil, de acordo com Gatti (2010 p.2), começa com a formação de docentes para o ensino das “primeiras letras” em cursos específicos, que foi proposta no final do século XIX, com a criação das escolas normais, que correspondiam, na época, ao nível secundário e, posteriormente, ao Ensino Médio, a partir de meados do século XX.

As escolas normais procuravam definir quais características um bom professor deveria possuir. Elas foram responsáveis pela formação de professores até que a Lei 9394/96 fosse promulgada e passasse a exigir dos futuros profissionais da educação o diploma de Formação Superior.

De acordo com Nóvoa (2017) as escolas normais têm um papel importante tanto na formação de professores quanto na ampliação de metodologias de ensino, na confecção de materiais didáticos e às novas pedagogias e na preocupação com a formação docente continuada; consagraram processos de mobilidade social, tendo sido fundamentais para construir o modelo escolar, para consolidar a escola pública e para produzir a profissão de professor.

No período de “1987-1992, coincide com a consagração de uma nova abordagem marcada pela “universitarização” da formação docente e pelas ideias de “professor reflexivo” e de “professor pesquisador”. (NÓVOA 2017p. 3).

Em 2002 foram criadas as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores foram promulgadas Gatti afirma que:

{...}nos anos subsequentes, as Diretrizes Curriculares para cada curso de licenciatura passam a ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Mesmo com ajustes parciais em razão das novas diretrizes, verifica-se nas licenciaturas dos professores especialistas a prevalência da histórica ideia de oferecimento de formação com foco na área disciplinar específica, com pequeno espaço para a formação pedagógica. (GATTI, 2010 p.3)

Apesar de representar uma evolução em relação a Escola Normal, a criação de Diretrizes Curriculares específicas para cada curso não representou, na prática, a evolução qualitativa dos cursos, como menciona Gatti (2010 p. 4)

o que se verifica é que a formação de professores para a educação básica é feita, em todos os tipos de licenciatura, de modo fragmentado entre as áreas disciplinares e níveis de ensino, não contando o Brasil, nas instituições de ensino superior, com uma faculdade ou instituto próprio, formador desses profissionais, com uma base comum formativa, como observado em outros países, onde há centros de formação de professores englobando todas as especialidades, com estudos, pesquisas e extensão relativos à atividade didática e às reflexões e teorias a ela associadas. (GATTI, 2010 p. 4)

Em 2009 instituiu-se política nacional para formação de professores do magistério da Educação Básica pelo Decreto nº 6.755/09, dispunha sobre a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes para o fomento de programas de formação inicial e continuada; a proposta foi “organizar em regime de colaboração entre a União, estados, Distrito Federal e os municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas de Educação Básica” (Art. 1º), objetivando apoiar “a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério pelas instituições públicas de Educação Superior”. Pretendeu ainda equalizar nacionalmente as “oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério” (Art. 3º, incisos II e III).

O Decreto propôs ainda, ações formativas no sentido de prever a articulação entre as instituições de Ensino Superior e as redes de ensino da Educação Básica e a participação dos estudantes nas atividades de ensino-aprendizagem da escola pública, com projetos pedagógicos fomentados pela Capes que proponham a inovação das matrizes curriculares e percursos formativos, bem como propostas de revisão da estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciatura e pesquisa que impactam a formação de docentes (Art. 10º e 11º).

Atualmente a Capes subsidia o Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid), inicialmente nas universidades públicas e que agora, segundo Gomes, se estende para as universidades privadas. Tal programa pretende, dentre seus vários objetivos, melhorar a qualidade dos cursos de formação docente, propiciando aos licenciandos a superação da dicotomia entre teoria e prática, colocando-os em contato com as escolas de Educação Básica para a convivência docente por mais tempo e com a possibilidade de vivências enriquecedoras para a sua formação em processo. Entretanto, observa-se que tais políticas públicas de formação de professores necessitam de maior tempo e foco para a sua efetivação.

Como veremos a seguir tais políticas ainda não conseguiram melhorar os índices de aprendizagem dos alunos e nem qualificar os professores para que haja tal melhora

## **2 FORMAÇÃO DOCENTE – ATUALIDADE**

No Brasil a maioria dos cursos de licenciatura são escolhidos por alunos das classes mais baixas da população, que, por falta de opção, e por terem que continuar

trabalhando escolhem estudar em cursos noturnos em instituições pouco preocupadas com a qualidade da formação dos profissionais.

Vaillant (2006) insiste que os dados de perfil dos docentes latino americanos revelados pela pesquisa devem ser levados em consideração, ao pensar-se nas políticas educativas. A grande maioria do professorado é do sexo feminino, tende a ser mais jovem que nos países desenvolvidos, provém, em geral, de setores e famílias com menor capital cultural e econômico em termos relativos e cujo salário contribui com porção significativa da renda familiar, correspondendo, em alguns países, a 45% da renda total familiar. Outro ponto de destaque nesse perfil é que o preparo e os anos de escolaridade dos docentes latino-americanos (12 anos) é significativamente menor do que no grupo formado por Estados Unidos, Japão e países da OCDE (16 anos), o que resulta em um comprometimento da educação recebida por crianças e jovens latino americanos, em especial de contextos socioeconômicos desfavorecidos. (Vaillant 2006 Apud GATTI 2011 p. 18)

Nóvoa corrobora o mencionado acima ao afirmar que:

Não é aceitável que em muitos países, e também no Brasil, a escolha de um curso de licenciatura seja uma segunda escolha, por falta de outras alternativas, por razões de horário (oferta de cursos noturnos) ou por facilidade (cursos à distância). A primeira fragilidade da profissão reside, justamente, neste momento inicial. (NÓVOA, 2016 p. 16)

No que concerne a formação de professores cada país possui formas diferentes de avaliar e iniciar o professor na carreira, mas o que eles têm em comum com o Brasil é o fato de que o professor inicia seu trabalho em sala de aula tendo somente a experiência de aluno e o que aprendeu na universidade. Como podemos perceber no excerto abaixo.

As tradições dos países são muito distintas: residências docentes, estágios probatórios, períodos de supervisão, etc. (CLANDININ; HUSU, 2017; EUROPEAN COMMISSION, 2010; INGERSOLL; STRONG, 2011; KESSELS, 2010 APUD Nóvoa 2016). Mas, seja qual for o contexto, há o reconhecimento unânime da importância deste período para a vida profissional docente. As políticas públicas têm encarado a transição entre a forma-

ção e a profissão como a fase decisiva do desenvolvimento profissional docente. Infelizmente, em muitos países, ainda continuam a lançar-se os jovens professores para as escolas, e para as piores escolas e situações, sem um mínimo de apoio ou enquadramento. (Nóvoa, 2016 p.20)

Para que a formação de professores tenha qualidade e esta seja transportada para a qualidade de aprendizagem dos alunos, faz-se necessário a integração entre as universidades, as escolas e os professores. Dessa forma, desde o início dos seus estudos eles saberiam, com eficiência, a realidade das escolas e das comunidades em que atuarão.

A parceria com as universidades é essencial para que os futuros profissionais da educação tenham contanto direto com as teorias que subsidiarão suas posteriores práticas; parcerias que também podem auxiliar na formação continuada dos professores. Para Nóvoa essa colaboração é chamada de corresponsabilidade

É esta corresponsabilidade que permite construir uma verdadeira formação profissional. Para que ela tenha lugar, é necessário atribuir aos professores da educação básica um papel de formadores, a par com os professores universitários, e não transformar as escolas num mero “campo de aplicação”. A construção de uma parceria exige uma compreensão clara das distintas funções, mas sempre com igual dignidade entre todos e uma capacidade real de participação, isto é, de decisão. É neste entrelaçamento que reside o segredo da formação inicial dos professores, bem como da construção de processos de indução profissional (residência docente) que assegurem a transição entre a formação e a profissão e, mais tarde, de modelos adequados de formação continuada. (NÓVOA 2016 p.19)

Essa ideia também é defendida por Paulo Freire em 1994, numa palestra em São Carlos, Paulo Freire referia a necessidade de “lançar as universidades brasileiras na responsabilidade de cuidar do magistério público” (FREIRE, 1994 apud NOVOA 2016 p. 9).

Além do que foi mencionado anteriormente, a formação de um professor, seja ela inicial ou continuada, passa pelo aspecto pessoal e não apenas pelo domínio de uma disciplina. Vários outros autores corroboram a teoria de que para ser professor e exercer a docência de forma a se obter a qualidade de ensino esperada, é preciso acionar diversas competências e habilidades. Tardi-

ff, por exemplo, afirma que no plano da formação e do exercício profissional, o que caracteriza o professor não é exclusivamente o domínio de uma disciplina, mas o de um conjunto de conhecimentos, que chamamos de saber docente (TARDIF, 2000 apud), que inclui uma gama não só de saberes, mas também de práticas relativas ao ofício de ensinar. Nessa direção, o ofício do professor implica um saber fazer que assegure a aprendizagem da disciplina e a transmissão do que lhe é confiado pela via das diretrizes curriculares e que, inevitavelmente, expressa uma determinada concepção de mundo.

Outra questão que torna pouco atrativa a escolha da profissão de professor é a desvalorização perante a sociedade, a desvalorização dos salários entre outras questões que não são o escopo do presente artigo. Pensando nessa problemática e nos índices cada vez mais baixo de aprendizagens dos alunos da educação básica, foi encaminhado pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2018 o documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP).

Esse documento tem a intenção de alterar as diretrizes anteriores no que se refere a formação de professores seja ela inicial ou continuada. Como veremos a seguir

### **3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES - BASE NACIONAL COMUM DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA” (BNCFP).**

A BNC-Professores é baseada em três eixos que vão nortear a formação inicial e continuada dos docentes de todo o país:

[..]conhecimento, prática e engajamento. No conhecimento, o professor deverá dominar os conteúdos e saber como ensiná-los, demonstrar conhecimento sobre os alunos e seus processos de aprendizagem, reconhecer os diferentes contextos e conhecer a governança e a estrutura dos sistemas educacionais.

Já no eixo da prática, o professor deve planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva, saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, ter plenas condições de avaliar a aprendizagem e o ensino, e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades previstas no currículo.

No terceiro e último eixo está o engajamento. É necessário que o professor se comprometa com seu próprio desenvolvimento profissional, com a

aprendizagem dos estudantes e com o princípio de que todos são capazes de aprender. Também deve participar da elaboração do projeto pedagógico da escola e da construção de valores democráticos. Além de ser engajado com colegas, famílias e toda a comunidade escolar. MEC (Ministério da Educação Base Nacional para formação do professor vai revisar cursos para conhecimento e valorização)

O documento também propõe mudanças na formação inicial para a pedagogia. Durante os quatro anos do curso os alunos deverão A intenção é que, nos quatro anos de curso ter dois anos de formação comum, em seguida um ano de formação em cada etapa da educação na qual decida seguir trabalhando. O futuro professor também poderá cursar mais um ano de especialização escolhendo ou gestão escolar ou mestrado.

Ao lermos os eixos e a proposta da Base nacional para formação de professores pode-se perceber o esforço para melhorar a qualidade da formação inicial e o intuito de dar continuidade aos estudos dos profissionais da educação por meio da formação continuada. Porém ao analisarmos o documento postado no site do MEC percebe-se que o documento ainda está em fase de homologação e é um documento base com apenas 65 páginas como menciona Zancan,

Curiosamente o documento da BNCFP não é facilmente encontrado. O arquivo PDF está hospedado em uma página do MEC, não muito acessível pela procura direta em buscadores de internet e que tem entrada pelo site do CNE, opção 'divulgação'<sup>4</sup>. A BNCFP é um documento de 65 páginas elaborado pelo MEC em 2018 e enviada ao CNE para apreciação e aprovação deste órgão em 14 de dezembro de 2018. Em 19 de fevereiro de 2019, sob novo governo, o MEC solicitou a interrupção da tramitação da base no CNE. Segundo o MEC, o órgão quer "ter ciência e participar do processo de formulação da Base. Só depois da análise do documento é que o MEC decidirá se fará ou não alterações. (ZANCAN 2021 p.12)

A BNCFP foi formulada tendo como modelo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as duas fazem parte um sistema de políticas públicas educacionais que pretendem, entre outros objetivos, a interdependência, alinhamento e padronização da educação.

Porém o que fica explícito da leitura do documento é que o professor é um dos responsáveis pelo fracasso

dos alunos e atual panorama da educação brasileira. São apresentadas três destas supostas evidências:

a) a origem socioeconômica do aluno, sobre a qual a escola não tem controle, embora seja um fator que pese na determinação do desempenho escolar, pode ser compensada pela ação da escola, b) os fatores que podem ser controlados pela escola ou pelo sistema educacional, dentre os quais o professor é, de longe, o que mais pesa na determinação do desempenho do aluno; e c) o papel desempenhado pelos professores bem preparados faz diferença significativa no desempenho dos alunos, independentemente do nível socioeconômico dos mesmos. (MEC 2018 p. 5)

De acordo com Tardiff (2013 apud Zancan 2021), responsabilizar os professores, as escolas e os estudantes por compensar problemas econômicos e sociais, uma prática comum na maioria das sociedades ocidentais devido às reformas educacionais, é uma lógica de culpabilização. Essa abordagem, embora ilusória, representa uma responsabilidade exagerada que desloca a atenção dos diversos desafios sociais que influenciam os processos de ensino e aprendizagem.

Em diversos países, profissionais trabalham em condições extremamente difíceis, onde enfrentam pobreza, violência, falta de envolvimento das famílias, entre outros (Tardif, 2013). Culpar o professor causa desgaste moral nos professores: [...] um sentimento de impotência ou de fracasso, acompanhado de uma falta de reconhecimento ou até mesmo de uma desvalorização profissional que conduz a um desânimo face a sua tarefa e uma impressão de inutilidade social. (Tardif, 2013, p. 567 apud ZANCAN 2021 p.12).

O que fica nítido pela BNCFP é que os professores poderão até estar mais preparados profissionalmente, mas a profissão continuará a ser desvalorizada pela sociedade e pelas políticas públicas que envolvem a educação.

Zancan afirma ainda que a noção de qualidade da educação é reduzida à qualidade de ensino, à assimilação de conteúdo, ao cumprimento de expectativa de aprendizagem. Todos estes elementos estão ligados à uma ideia linear de que professores bem preparados são professores que ensinam melhor e, por conseguinte, são professores cujos alunos aprendem mais (Farias, 2019 apud ZANCAN 2021 p.15)

As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015 buscam progredir na identificação das exigências de

formação. Além de reconhecerem o papel do ensino como um ambiente para a geração de conhecimento, elas destacaram áreas de conhecimento e estudos essenciais para a capacitação e desempenho do professor, tais como [...] “questões socioambientais, éticas, estéticas e relativa à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (CNE, 2015, p. 5 apud Zancan p.16). Embora estas novas DCN já mencionem uma “base comum nacional” para formação de professores o documento trata de temas para valorização do magistério, como piso salarial e condições de trabalho, sem associar progressão ou bonificações por desempenho nas avaliações como pretende a BNCFP:

A efetividade dos referenciais está relacionada a sua articulação a mecanismos que assegurem o seu alcance e a condições político institucionais que propiciem clima de confiança e colaboração entre professores e gestores. No caso da formação inicial, eles podem estar alinhados aos mecanismos de avaliação e acreditação dos cursos de formação inicial e avaliação dos estudantes ou recém graduados. Eles também podem estar articulados a mecanismos de certificação ou registro para controlar o ingresso à carreira. Ao longo da carreira, eles podem impactar o desenvolvimento profissional e formação continuada e estar vinculados à permanência e progressão na carreira por meio de certificações, avaliações e aumentos salariais. (MEC, 2018, p. 21–22).

Na BNCFP a valorização passa, como mencionado no excerto anterior, por avaliações (do professor e dos alunos), toda e qualquer evolução na carreira está ligada ao desempenho positivo em avaliações nacionais e internacionais. Tardiff argumenta que há três décadas, professores sentem que ganhos já obtidos - como carreira, proteção, estabilidade de emprego, aposentadoria, entre outros - estão ameaçados e sendo substituídos por uma profissionalização baseada em concorrência, prestação de contas, salário segundo mérito e instabilidade no emprego. (Tardif, 2013 apud ZANCAN, 2021 p. 22).

As condições de trabalho e de salário a que o magistério está submetido são muito precárias, estando as escolas públicas, elas próprias, em condições também muito precárias. Além disso, o financiamento da educação pública é bastante insuficiente, assim como a formação docente, que está submetida a regras e condições muito

distantes daquelas consideradas adequadas. Com efeito, esta premissa [de que melhorar a qualidade docente a partir do resultado dos estudantes em testes padronizados é a forma mais eficaz de melhorar os testes educacionais] é absolutamente inadequada para aferir qualidade docente. (Hypolito 2019 p. 191 apud ZANCAN 2021 p.22).

A BNCFP está inscrita sob uma ótica empresarial e neoliberal, o objetivo do presente artigo não é fazer panfletagem e nem fazer apologias a ideologias, mas mostrar o documento que guiará, se aprovado, a formação dos futuros profissionais da educação e, posterior continuação dessa formação. Porém, o documento apresenta uma visão simplista do que é ser professor, muito diferente daquela explicitada anteriormente neste texto por Nóvoa. Para a BNCFP:

São simples, mas não triviais, as incumbências do professor: trabalho de equipe, planejamento, ensinar cuidando com que o aluno aprenda, tratar com atenção maior os que têm dificuldade para aprender, dar aulas e outras atividades previstas na proposta pedagógica e em seu plano de trabalho, e ajudar na relação da escola com a família e a comunidade. (MEC, 2018, p. 27)

Partindo do exposto acima, e como trabalhadora da educação, afirmo que as incumbências do professor não são triviais e nem simples. A cada ano de trabalho nossas atribuições aumentam, como se pouco fizéssemos. Tardif (2013) afirma que há uma intensificação do trabalho dos professores que se caracteriza,

[...] 1) pela obrigação dos professores de fazerem mais com menos recursos, 2) por uma diminuição do tempo gasto com os alunos, 3) pela diversificação de seus papéis (professores, psicólogos, policiais, pais, motivadores, entre outros), 4) pela obrigação do trabalho coletivo e da participação na vida escolar, 5) pela gestão cada vez mais pesada de alunos do ensino público em dificuldade, 6) finalmente, por exigências crescentes das autoridades políticas e públicas face aos professores que devem se comportar como trabalhadores da indústria, ou seja, agir como uma mão de obra flexível, eficiente e barata. (Tardif, 2013, p. 563 apud ZANCAN 2021 p. 24).

Pode-se perceber que as incumbências são muitas e nenhuma delas é simples. E, de acordo com a BNCFP e também preconizadas nas Diretrizes Curriculares

de 2015, houve um aumento na carga horária que visa aproximar o futuro professor do seu campo profissional: implementação das 400 horas de prática como componente curricular e aumento da carga horária de estágio supervisionado.

As DCN de 2015 mantiveram estes componentes curriculares e procuraram qualificar a compreensão sobre eles, trazendo elementos que não estavam explícitos nas DCN de 2002.

Há saberes docentes que só ficam visíveis e palpáveis ao adentrarmos em sala de aula e desenvolvermos nossa prática pedagógica. Tais saberes parecem ser aprimorados pelo tempo que passamos em sala de aula e em contato com os alunos. E, somente o conhecimento teórico, apreendido nas universidades não dá conta de todas as situações que podem acontecer no ambiente escolar. De acordo com Zancan (2021)

É difícil qualificar esta aproximação sem planejamento e sem destinar parte da carga horária do docente da educação básica para co-formação de futuros professores, por exemplo. Isso significa reduzir sua carga horária em sala de aula, contratar mais professores. Há que pensar também em condições de estrutura física para desenvolver as atividades nas escolas e nas universidades. Docência não é vocação e não se faz (apenas) por amor ou por missão. A docência precisa ser considerada uma profissão que necessita condições mínimas para acontecer, em respeito aos seus profissionais e àqueles que usufruem de seus serviços. (ZANCAN 2021 p.25)

Até aqui vimos a importância da formação inicial e continuada de qualidade para o trabalho docente. As políticas públicas educacionais são de extrema importância e fundamentais para que haja mudanças efetivas no chão da escola pública. A BNCFP pode ser um instrumento para tal mudança, mas temos de estar atentos ao seu conteúdo e a forma como ela está posta.

Assim sendo, há que se reconhecer a escola pública como locus de democracia e mudanças para a sociedade,

A escola pública tem sido um lugar importante para a construção da democracia. Nas próximas décadas, sua história vai passar pela capacidade de reconstruir laços e vínculos com a sociedade que foram perdidos quando a escola se fechou dentro dela e imaginou que podia ser melhor do que a sociedade. A difusão do digital vai facilitar mudanças dentro das escolas, mas também

a existência de tempos e a mobilização de dinâmicas sociais fora dos muros da escola. A fronteira entre escola e sociedade vai diluir-se e terá de ser substituída por um trabalho conjunto, comum, no espaço público da educação (NÓVOA, 2013 p.24)

Enfim, aguardemos as mudanças

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao pensar-se em formação docente é essencial promover a mobilidade entre universidades e escolas, garantindo que tanto universitários quanto professores da educação básica possuam um papel ativo como formadores. A obtenção de um encontro genuíno entre esses dois mundos, que muitas vezes se desconhecem e enfrentam disparidades significativas em condições de vida materiais e na percepção social, depende da igualdade de tratamento. Somente através desse princípio é possível construir comunidades profissionais docentes que se transformem em verdadeiras comunidades de aprendizado e formação.

Dessas comunidades devem fazer parte as universidades, as escolas para as quais elas formam professores, os professores e a comunidade local em que estes trabalharam efetivamente. A formação docente, com a qualidade que se espera dela, deve incluir o conhecimento de todos os atores envolvidos no processo: do mais alto escalão até aqueles, e principalmente, os que atuam no chão da escola.

A formação inicial é importante, mas são tantas nuances que fazem parte do trabalho do professor, e tantas questões devem ser abordadas que somente ela (a formação inicial) não consegue abarcar. Dentre essas questões estão: os alunos que possuem os mais diversos tipos de deficiências e que devem ser incluídos na escola pública, mas o professor não adquiriu o conhecimento e a expertise de como lidar com tais necessidades.

A questão das tecnologias da informação e comunicação, que, como se viu na época da pandemia, não fazem parte do cotidiano nem de alunos e nem de professores. Há que se buscar nas políticas de formação docente sejam elas iniciais, continuadas ou em serviço, formas de engajamento e práticas dessas tecnologias.

Ao falar de engajamento, estamos falando de comprometimento com a profissão, com os alunos e com a disciplina que leciona. O professor como profissional da educação deve conhecer seu ofício e a importância

que ele tem para o conhecimento e, muitas vezes, para a mobilidade social de uma parcela da população, mesmo que essa parcela seja muito pequena.

E, como profissional, formado e formador de opinião o professor/docente não pode se apequenar diante de uma sociedade que não o valoriza, mas mostrar que 15 sua formação inicial lhe permitiu ter acesso à alunos e, por meio deles e de seu trabalho, continua em formação permanente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 6755/09 | Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92458/decreto-6755-09>. Acesso em: 08 jan. 2024.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, nº 113, p. 1.355-1.379, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxp4QMt9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Bernadete Angelina. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte / Bernadete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto e Marli Eliza Dalmaz de Afonso André. – Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183/PDF/212183por.pdf.multi>. Acesso em: 08 jan. 2024.

GOMES, Manoel Messias; GOMES, Francisco das Chagas; ARAUJO NETO, Benjamim Bento de; MOURA, Níge Dagraça de Sousa; MELO, Severina Rodrigues de Almeida; ARAUJO, Suelda Felício de; NASCIMENTO, Ana Karina do; MORAIS, Lourdes Michele Duarte de. Reflexões sobre a formação de professores: características, histórico e perspectivas. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/reflexoes-sobre-a-formacao-de-professores-caracteristicas-historico-e-perspectivas>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MEC (Ministério da Educação). Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MEC (Ministério da Educação). Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 08 jan.2024.

MEC (Ministério da Educação). Base Nacional para formação do professor vai revisar cursos para conhecimento e valorização. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=71951>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MEC (Ministério da Educação). Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1050\\_91-bnc-formacao-de-professores-v0&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1050_91-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 08 jan. 2024.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, 47(166), 1106–1133. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053144843>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SANTOS, Jaciara de Oliveira Sant’Anna. Formação docente: desafios da prática pedagógica na atualidade. *Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional*, Vol. 8, Nº 14 (2021). Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/9874/0>. Acesso em: 08 jan. 2024.

ZANCAN RODRIGUES, L.; PEREIRA, B.; MOHR, A. O Documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BN-CFP): Dez Razões para Temer e Contestar a BNCFP. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, [S. l.], v. 20, n. u, p. 1–39, 2020. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2020u139. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/16205>. Acesso em: 08 jan. 2024.

# CONDUTA ÉTICA DE DOCENTES NO ESPAÇO ESCOLAR

**Jaime Hermino de Almeida**

Graduado em Educação Física, Licenciatura Plena pela Faculdade do Clube Náutico Mogiano no ano de 1987; Pós-graduado em Ciência da Preparação Física - Faculdades Integradas Castelo Branco no ano de 1989; Professor de Ensino Fundamental e Médio de Educação Física na EMEF Capistrano de Abreu



## RESUMO

Este Artigo tem como objetivo o desenvolvimento dos educandos e reciprocamente do aluno para com o professor. O papel fundamental da educação esta no desenvolvimento das pessoas na formação de valores morais e ampliando-se ainda mais no despertar do novo milênio onde nos aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos para a sociedade, suprindo as necessidades encontradas na maioria das salas de aula. Dessa forma, procuramos buscar oportunidades de diálogos, para uma construção ética. A educação e suas Influências no exercício da cidadania através da ética, onde a ética é tudo que consideramos correto, que vivemos e defendemos, tem como referencial o respeito ao outro, cada um deve pensar nas formas de trocar experiências participando do processo social que envolve indivíduos de diferentes lugares. Educação engloba ensinar e aprender, ela tem a finalidade de promover entre os alunos uma conscientização sobre cidadania e como a ética influencia visando à educação como fundamento para o exercício da cidadania, seus direitos e deveres.

Palavras-Chave: Educação; Formação de Valores e Ética.

## ABSTRACT

This article aims to develop students and, conversely, students and teachers. The fundamental role of education lies in the development of people in the formation of moral values, which is further expanded in the wake of the new millennium, which points to the need to build a school focused on the formation of citizens for society, meeting the needs found in most classrooms. In this way, we seek to seek opportunities for dialogue, for an ethical construction. Education and its influences on the exercise of citizenship through

ethics, where ethics is everything we consider correct, that we live and defend, has as a reference respect for others, each one must think of ways to exchange experiences by participating in the social process that involves individuals from different places. Education encompasses teaching and learning, and its purpose is to promote awareness among students about citizenship and how ethics influences, aiming at education as a foundation for the exercise of citizenship, its rights and duties.

Keywords: Education; Formation of Values and Ethics.

## 1. INTRODUÇÃO

Discutir as políticas educacionais e o papel da escola como seu agente aplicador, é sem dúvida, compreender a função da escola visando a ética escolar, onde a falta de respeito de si e ao próximo é visível, a falta de valores éticos nas relações pessoais.

A ética no trabalho é fundamental, agrega um conjunto de valores que orienta o comportamento do homem no meio social e demonstra como ser um profissional e as condutas que devemos ter. O método a ser utilizado é uma pesquisa bibliográfica em textos consagrados da literatura da área pesquisada, a qual procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas, buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A ética profissional é essencial para que ocorra a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, através de um contato harmonioso com a escola e todo o corpo docente. Como formar alunos críticos, pensantes e reflexivos, a partir de uma construção responsável de sua autonomia moral e intelectual aperfeiçoada ao longo da aprendizagem dos educandos.

O interesse pelo estudo da ética nas relações interpessoais das organizações partiu da necessidade de investigar o indivíduo perante situações ambientais que estimulem a ser corromper e a se desviar de seus princípios morais em busca de alguns interesses, mas que sobrepõem a condição de lealdade ou mesmo do próprio agir de forma socialmente responsável. Segundo Aquino (2006, p. 61).

A ética no trabalho, se insere o trabalhar as questões de interesses interpessoais, onde a importância vem a ser os valores morais, desviando assim, o próprio modo de agir socialmente. Segundo Toffler (1993, p 86).

Abordaremos a importância da ética na formação de valores em sala de aula, enfatizando o bom senso, passando pelos temas transversais relacionado ao cotidiano dos educadores e educandos, mostrando a questão no trabalho dos profissionais dentro da unidade de ensino, maneiras do aprendizado e programas de educação usando a comunicação audio visual sempre voltados para a questão ética na educação escolar.

Os PCNs e os temas transversais que trazem para o estudante um suporte essencial para que ele possa direcionar suas pesquisas. Este estudo teve como base a leitura de textos de grande importância sobre os valores éticos para a educação. Assim cabe a todos envolvidos neste tema a colocar a consciência moral em primeiro plano, onde o conviver em sociedade é uma constante reformulação de doutrinas e pensamentos do saber.

## **2. VALORES E ÉTICA PARA OBTER UM POSSÍVEL SUCESSO**

A partir do significado de ética, o homem conduz seu trabalho e sua vida social de forma mais justa e harmoniosa. Segundo Valls (1994, p. 32). Existem alguns princípios como ser honesto e sempre agir com honestidade tendo comprometimento com a ética. Deve se ter a coragem de estar ao lado da verdade e de se tomar decisões que não levem em conta as opiniões da maioria, o importante é prevalecer à verdade e ser justo. Ser humilde e aberto a ouvir aos outros onde somos dependentes uns dos outros e o trabalho em equipe é resultado para obter um possível sucesso.

A ética no trabalho é fundamental, agrega um conjunto de valores que orienta o comportamento do homem em como se comportar no meio social mostrando-nos

como ser profissionais e as condutas que devemos ter. Consciência profissional obtendo o sucesso jogando limpo e seguido de conselhos, conquistar a confiança e confiar também a menos que se provem não merecer a confiança. Agir com conduta calma e serenidade caso vier a ter problemas, usar de forma maleável e com diálogo. Escolher empresas com fundamentos éticos, você agira de forma ética (AGUILAR, 1996).

Ser ético é ser social (AGUILAR, 1996). Obtendo se um bom caráter que tenha valores morais, dignos de confiança, saber ouvir e respeitar os outros ser justo, competente, ter comprometimento, ter serenidade estes são fatores que auxiliam o sucesso profissional é uma demonstração de estar feliz e realizado com o que faz, pois a opção é nossa realizá-la.

Ser ético é estar ligado com princípios morais onde o indivíduo cresce aprendendo e buscar sempre ir além a um constante aprendizado e melhorando a cada dia e assim vai se formando seu caráter, sendo você responsável com certeza será um profissional ético.

Manter sigilo em tudo que venha, a saber, em desrespeito ao seu trabalho. Integridade, interagir dentro dos princípios éticos, de modo a dar soluções aos problemas, tolerância e flexibilidade e agir de forma flexível ouvindo com observação de modo a avaliar situações sem preconceitos.

## **2.2. FORMAÇÃO DE VALORES E CÓDIGO DE ÉTICA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

A importância de reavaliar e de se auto questionar diante da nossa formação, a nossa ética e nossos valores diante de nossos alunos em sala de aula.

O Código de Ética é um indicador para relacionar a ética em diversas áreas de trabalhos quer empresarial como também na educação, e manter a qualidade de vida no decorrer das funções exigidas dos profissionais do trabalho; Segundo Nascimento. O Código de Ética é um documento oficial onde, com a participação e colaboração de todos, se define condutas e valores esperados para a empresa. Mas é preciso mantê-lo e para isso a autora Arruda defende uma educação na empresa, com aprendizagens, ensinamentos e reflexões sobre a representação da ética empresarial entre outros (Nascimento, 2008).

Profissionais educadores devem sempre buscar uma qualificação profissional, pois não adianta saber o significado da palavra ética ou estudar assuntos que tratem de nossos valores e condutas se as mesmas não estão sendo incorporada por nos professores em nossas praticas cotidianas, devemos sempre buscar colocar esses aprendizados assim as nossas atitudes sejam sempre modificadas buscando sempre promover um aprendizado que busque uma plena qualificação para nossos alunos que necessitam dessa nossa postura para se tornarem seres humanos coerentes com suas posturas diante da sociedade (CORDIOLLI, 2001).

Entendemos que o papel fundamental da educação está na formação de cidadãos para a sociedade.

A presente pesquisa é de fundamental importância para todos que queiram um pleno desenvolvimento humano e profissional, a mesma poderá estimular um estudo mais profundo a todos que procuram colocar a consciência moral em primeiro plano, onde o conviver em sociedade é uma constante reformulação de doutrinas e pensamentos do saber.

### **3. A QUESTÃO ÉTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

A escola só realiza plenamente sua missão, quando se põe a serviço não apenas dos alunos, mas de toda a comunidade na qual está inserida, relacionando-se também com outras escolas e instituições locais.

Durante as décadas de 80 e 90 o Brasil passou por grandes mudanças no que diz respeito a estruturação da vida social, desde então passamos a viver em um mundo mais flexível, democrático e menos opressivo. Mas, todas essas transformações deixaram algumas rupturas que vem se arrastando ao longo do tempo e tem deixado algumas consequências negativas, é crise daqui, crise dali, e assim gerando algumas instabilidades na sociedade. Assim, a ética é um daqueles temas que, a partir dessas duas décadas passaram a figurar como um dos grandes eixos de preocupação e discussão entre as pessoas (AQUINO, 2006).

Abrindo-se para a comunidade, refletindo sobre seus problemas e dando as respostas, que estiverem ao seu alcance, à escola estaria cumprindo um papel de centro irradiador de educação e de ação cultural.

Segundo Aquino, 2006, enfatiza a problematização da questão ética nas práticas escolares, principalmente no que diz respeito a ação docente.

A instituição escolar deve ser o espaço, no qual os conhecimentos se formam se concretizam e se movimentam. Na escola, espaço cultural em que os propósitos da sociedade tomam forma, deveriam se desenvolver os interesses e ideologias assumidos na sua regulamentação básica.

Segundo o filósofo Americano John Dewey (1852-1952), “a educação é uma constante reconstrução da experiência”. E se educação é reconstruir, a escola como agente de educação também deverá reconstruir experiências e não apenas passá-las, já prontas e acabadas.

O aluno se tornar indivíduo crítico e preocupado na programação da justiça social deveria ser o objetivo primeiro da escola de qualidade, capaz de ensiná-lo e ajudá-lo em seu posicionamento social.

Como em qualquer área profissional a formação dos educadores e seus aprendizados deve se colocar em pratica, tendo como missão o formar do aluno em um individuo socializado neste mundo contemporâneo. Diante das dificuldades que se apresentam no dia-a-dia, professores culpam os alunos, que culpam os professores, que culpam os pais, que culpam os professores, que culpam o governo, que culpa os professores, que culpam a sociedade, e assim por diante, estabelecendo-se um círculo vicioso e improdutivo de imputação de responsabilidades sempre a algum outro segmento envolvido.

Uma educação voltada para a construção de uma sociedade que visa à emancipação dos indivíduos enquanto ser pensante não poderá ser fundado na sociabilidade regida essencialmente pelo capital.

A consolidação da cidadania, em sua forma plena, deve ser o fator principal da criação de uma cultura em direitos humanos. A educação em direitos humanos deve se dar de uma forma tal que os princípios éticos fundamentais que o cercam, sejam para todos nós membros da coletividade, tão naturais como que o próprio ar que respiramos.

A questão ética dos profissionais envolvidos é de suma importância, pois, um dos princípios básicos para

o sucesso da educação é educar pelo exemplo, por atos, e não apenas por palavras, agindo de acordo com seus princípios dentro da ética, buscando sempre evidenciar o respeito que o adulto tem com o desenvolvimento e as necessidades dos educandos (AQUINO, 2006).

Considerando-se enfim que um modelo educacional politizador, que forme indivíduos dotados de senso crítico, e, portanto, cidadãos representam um sistema extremamente contraditório, fica claro que a concepção de educação está ligada ao tipo de sociedade que desejamos construir.

#### **4. A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**

O ambiente da escola poderia ser como o de trabalho, em que os estudantes seriam os trabalhadores, os professores, os gerentes e consultores, a aprendizagem seria organizada em torno de tarefas a serem realizadas por pequenas equipes. Dentro delas o comportamento seria de cooperação e entre elas, de competição.

Mais modernamente, tem sido analisada em função da excelência técnico-pedagógica, dos métodos, das técnicas, do preparo dos professores e, também, mais propriamente, do resultado da aprendizagem ou de parte dela (LIMA, 1996, p. 29).

O senso comum tem ligado a qualidade ao rigor da aplicação das práticas tradicionais, à demonstração de autoridade e ordem, à cobertura dos conteúdos curriculares, à disciplina de horários, exames e comportamento, enfim a elementos extrínsecos ao processo de aprendizagem. Cabe aqui uma palavra sobre a Qualidade na Escola, um dos temas mais caros aos educadores, que o consideram o primeiro e maior atributo da educação, mesmo sem vislumbrar muito claramente o seu significado e extensão.

Nessa perspectiva, adaptada à escola, há que se considerarem três grupos de critérios básicos para caracterização da qualidade. O primeiro é o da condução da ação global, expressa pela capacidade de liderança de seu executivo maior, o diretor. Raras vezes é ela tratada como o fazem os preceitos atuais de Administração, como qualidade total.

O segundo é o do Sistema, expresso pelo manejo do processo de aprendizagem em todos os seus aspectos

e dimensões, pelo gerenciamento dos recursos, pelo teor do planejamento estratégico e pela adequação dos dados e análises que o informam.

O terceiro critério é o das Medidas de progresso e das Metas finais, expressos pelos resultados operacionais de aprendizagem e pela satisfação dos clientes, alunos, pais, empresas, etc., reveladores da eficácia e da efetividade da Escola.

A relação prevalente é a que se verifica entre autoridade e criança irresponsável, fundada na compulsoriedade da frequência à escola. Uma questão que está a exigir uma análise mais crítica é a que diz respeito à relação entre escola e estudantes. Não existe apenas uma forma ou lógica de participação. A participação pode ser entendida como processo complexo que envolve vários cenários e múltiplas possibilidades organizativas.

Parece que os alunos são vistos como produtos, que iniciam como matérias primas são processadas em lotes, classificados em séries e inspecionados, o que faz sentido na medida em que o parâmetro da Escola é a organização industrial (LIMA, 1996, p. 36).

O melhor seria tratarem-se os estudantes como trabalhadores, que tem tarefas a realizar, e definir-se entre a escola e o estudante uma relação contratual, individual, não necessariamente comercial, em que fossem estabelecidos direitos e obrigações recíprocas, mais em conformidade com os novos paradigmas da era de serviços e conhecimento.

Os alunos não são tratados como clientes, pois não têm nenhuma escolha real, ou cidadãos, pois não são respeitados nos seus direitos, ou consumidores, pois não têm poder de consumo e direito de reclamar ou de exprimir preferências, nem são objeto de pesquisas de mercado.

A luta pela garantia de escola para todos se constitui em uma das bandeiras em prol da inclusão social e da efetiva participação da sociedade civil. A educação, enquanto prática social se constitui em direito social do indivíduo. Historicamente muitas lutas foram desenvolvidas buscando garantir esse direito.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética tem um papel fundamental para o desenvolvimento deste, pois nossa pesquisa deixou evidente que um ser ético é estar ligado com princípios morais onde o indivíduo cresce aprendendo e buscando sempre compreender e respeitar as diferenças, evidenciando a constante aprendizagem envolvida no processo de humanização que deve ser aprimorado a cada dia. Todos esses fatores auxiliam o sucesso profissional e pessoal do indivíduo quer no âmbito familiar ou da sociedade em que está inserido.

De acordo com cada momento por ele vivido em sociedade, o saber entre o respeitar as constantes mudanças da sociedade é objetivo de cada educador em seu ofício do ensinar, portanto a demonstração de um ponto adquirido ao outro do educando tem como mediador o docente atualizado com as novas diretrizes e conceitos socioculturais empíricas onde a autonomia do sujeito quer docente e discente afirma-se na variação da consciência.

Assim, por exemplo, estamos sempre a julgar se a conduta de um profissional foi condizente com o que dele se esperava, com aquilo que ele “deveria” fazer ou ter feito a respeito da ética, cidadania e formação de valores em sala de aula. Neste contexto da ética passamos pelos campos da educação escolar para poder compreender inicialmente aquilo que valoriza a determinada ação, ao ofertar-lhe uma origem e uma destinação específica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Francis j. A ética nas empresas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

AQUINO, Júlio Groppa. A QUESTÃO ÉTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR. Disponível em [www.senac.br](http://www.senac.br) Acesso em 05/Janeiro/2022.

BRASIL. Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Coordenadora geral: Lúcia H. Lodi. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: APRESENTAÇÃO DOS TEMAS TRANSVERSAIS. Brasília: Parte II pag. 65 à 69, MEC/SEF, 2001.

CORDIOLLI, Marcos. A transversalidade na formação de valores e padrões de conduta: algumas problematizações a partir e para além dos PCNs. I Jornada Internacional de Educação da Bahia. Livro da Jornada. Curitiba: Futuro, 2001.

LIMA, Jorge M. A. A Educação Moral em Durkheim. Revista Arquipélago – Ciências da educação, nº 1, Universidade dos Açores, 1996.

NASCIMENTO, Livia Guimarães “Ética Empresarial e Qualidade de Vida no Trabalho. Cap III: A Relação da Ética Empresarial com a Qualidade de Vida no Trabalho. - 3.1 O Código de Ética, pg 29. Rio de Janeiro, 2008.

VALLS, Álvaro L.M. O QUE É ÉTICA. São Paulo: Brasiliense, 1994.

# LUDICIDADE E APRENDIZAGEM COM O AUXÍLIO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Jaime Hermino de Almeida

Graduado em Educação Física, Licenciatura Plena pela Faculdade do Clube Náutico Mogiano no ano de 1987; Pós-graduado em Ciência da Preparação Física - Faculdades Integradas Castelo Branco no ano de 1989; Professor de Ensino Fundamental e Médio de Educação Física na EMEF Capistrano de Abreu



## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância do jogo e das atividades lúdicas dentro e fora do ambiente escolar. Brincar é um direito da criança assegurado na Constituição Federal Brasileira e também no Estatuto da Criança e do Adolescente. As crianças estão em constante processo de aprendizagem e é necessário a mediação de atividades de jogos e brincadeiras também pelos professores, observando a qualidade das brincadeiras, seus espaços, objetos, com ou sem intervenções, os objetivos a serem alcançados, como se resolvem seus problemas, como interagem com outras crianças, utilizando todos os espaços possíveis na escola como a própria sala de aula, refeitório, quadra poliesportiva, brinquedoteca, sala de vídeo, parque ou até mesmo embaixo de uma árvore. É fundamental que os pais, mães, responsáveis e professores sejam auxiliares nesse processo de aprendizagem, do desenvolvimento cognitivo, da coordenação motora, da linguagem oral e corporal, estimulando o seu modo de brincar, conhecer e compreender o mundo, sempre proporcionando o bem-estar da criança.

Palavras - chave: Jogos; lúdico; desenvolvimento infantil.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of games and recreational activities inside and outside the school environment. Playing is a child's right guaranteed by the Brazilian Federal Constitution and also by the Statute of the Child and Adolescent. Children are in a constant learning process and it is necessary for teachers to mediate games and recreational activities, observing the quality of the games, their spaces, objects, with or without interventions, the objectives to be achieved,

how they solve their problems, how they interact with other children, using all possible spaces in the school such as the classroom itself, cafeteria, sports court, playroom, video room, park or even under a tree. It is essential that parents, guardians and teachers assist in this learning process, in the cognitive development, motor coordination, oral and body language, stimulating their way of playing, knowing and understanding the world, always providing for the well-being of the child.

Keywords: Games; playful; child development.

## INTRODUÇÃO

As brincadeiras lúdicas fazem parte da história de nossas vidas e mostrar a importância deste tema tão enriquecedor na primeira infância é uma tarefa muito importante, acreditamos que educar é mais do que alfabetizar é fazer com que a criança desenvolva a curiosidade a atenção, a descontração e alegria, e isto nos motivou nesta escolha.

Acreditamos que os materiais estruturados ou não, as brincadeiras e os jogos são ingredientes vitais para um desenvolvimento sadio e com aprendizado significativo, já que enquanto brinca o indivíduo estimula o desenvolvimento intelectual, como também ensina regras necessárias a seu desenvolvimento.

Nosso trabalho é levantar uma reflexão teórica sobre a importância de aprender brincando na pré-escola, além de oferecer subsídios que ajudem no desenvolvimento infantil através do lúdico.

Os jogos e brincadeiras têm também o objetivo de interação entre as crianças, estimulam a criatividade, a imaginação, cooperação entre os pares. Eles devem ser desafiadores, curiosos e prazerosos.

É necessário que educadores tenham sensibilidade de saber da necessidade de ampliar a consciência em relação às diversas possibilidades das brincadeiras para favorecer o bem estar e o aumento das potencialidades dos alunos.

São através dessas atividades que o professor estimula o processo de ensino-aprendizagem de diversas áreas do desenvolvimento da criança como físico, motor, emocional, afetivo, cognitivo, social.

O ato de brincar desenvolve diversas habilidades cognitivas e faz com que a criança interaja com a sociedade e com a cultura local. A fase do auge da vida deve ser considerada a fase da pré-escolar é nessa fase que se forma toda estrutura psicológica da criança assim como o uso da linguagem articulada e falada.

Por meio de um levantamento bibliográfico de diversos autores, verificamos e podemos confirmar e salientar a importância fundamental que a brincadeira tem no processo de aprendizagem na educação infantil.

Este trabalho tem o objetivo de entender o poder que a brincadeiras e os jogos lúdicos tem na educação infantil através de uma reflexão teórica e de que forma a brincadeira deve estar presente nas escolas e na vida das crianças, analisando algumas teorias sobre este tema tão peculiar.

## **1. O LÚDICO NA EDUCAÇÃO**

As brincadeiras e jogos proporcionam ainda a inclusão de crianças ao meio, com caráter lúdico e expressão livre ou mesmo dirigidas despertam o interesse a colaboração e abre espaço para outras aprendizagens.

Os jogos e brincadeiras têm que acompanhar o educando fase pré-escolar para sua formação como cidadão, pois esta é uma fase em que a criança está em constante crescimento e como ser social e cultural caminha para seu futuro escolar.

Quando chega à escola a criança traz consigo uma bagagem pré-histórica adquirida através de suas vivências tanto em casa com seus pais e familiares como Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescenta no Capítulo II, Art. 16º, Inciso IV, que toda criança tem o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.

Através de suas vivências lúdicas, o professor tem o dever de obter o maior número de informações necessárias para ajudar na interação da criança e para que obtenha sucesso em sua prática pedagógica.

Brincar é um direito universal e assegurado por lei, como apresentado na das escolas ainda apresenta um ensino tradicional que busca alfabetizar crianças, mas existe um forte movimento buscando uma socialização, uma melhora na forma de ver a pré-escola, ela deve oferecer oportunidades para a construção do conhecimento através da descoberta e da invenção.

Hoje em dia a criança é inserida muito cedo na escola devido à necessidade de os pais terem que trabalhar a angústia o medo a insegurança dentre outros sentimentos possa se misturar, é preciso aceitar que é absolutamente normal que a criança relute um pouco em aceitar este novo contexto que é o escolar, a escola deve criar um ambiente acolhedor e familiar que proporcione uma boa comunicação entre todos.

Uma das funções principais do professor da pré-escola é estar atento à idade das crianças e selecionar materiais, brinquedos e brincadeiras adequados à faixa etária, a participação do educador nas brincadeiras também pode ser interessante e enriquecedora para as atividades desenvolvidas.

Hoje em dia a criança é colocada na escola muito cedo, na procura de uma escola normalmente os responsáveis buscam escolas que ofereçam atividades alfabetizadoras achando assim que a criança será preparada para ter uma relação com o mundo mais rapidamente, esquecendo que cada criança possui seu tempo, e que brincando na pré-escola a criança alcança e passa por fases que são necessárias para seu desenvolvimento e é por esta necessidade de conscientização que este trabalho foi realizado.

As teorias de desenvolvimento apresentadas aqui admitem que a fase da pré-escola é fundamental pois é nela que a criança se fundamenta, se desenvolve e define a sua personalidade.

O Professor tem a função de mostrar o caminho e ajudar as crianças a tomarem consciência da própria pessoa, dos que o cercam e da sociedade que esta inserida, e assim esquecer a ideia de que educar se limita a transmitir conhecimentos, oferecer ferramentas

e materiais necessários para que a criança consiga escolher entre vários caminhos o que quer ou deve seguir, criando assim alunos que consigam ter autonomia.

Para que os professores consigam atingir os objetivos propostos, o ambiente escolar na escola deve ser um lugar prazeroso com jogos e brincadeiras que favoreçam a construção de novas habilidades.

Esta capacidade biológica é uma condição necessária, mas não suficiente, para explicar o desenvolvimento linguístico e as diferenças entre as crianças neste processo e é definido pelo contexto objetivo, que implica na ação, na observação e, participação em atividades, no uso da linguagem e nas interações com os demais.

Observa-se que, antes da aquisição da linguagem, as crianças interpretam o comportamento dos outros e respondem a eles, fazendo parte das interações que implicam reciprocidade.

Existe um desenvolvimento potencial que envolve as realizações das crianças se elas receberem o apoio adequado no momento de resolver a tarefa, entre estes dois níveis, cita Góes (2009), encontra-se a zona de desenvolvimento real, que é o cenário na qual transcorre a ação que pode ser chamada de aprendizagem. Aquilo que se pretende aprender deve passar pela experiência pessoal de quem aprende.

Ainda que a criança atue de maneira informal com a linguagem escrita, é importante que na fase de sua aquisição, ela compreenda a natureza, representação e função desse sistema. Nesse sentido, a ação pedagógica torna-se fundamental à medida que o professor leve para a sala de aula, textos que circulam no mundo, criando um ambiente de leitura e colocando-se como mediador entre os textos e as crianças, favorecendo oportunidades ricas e variadas de interação com a leitura e a escrita. (PIAGET,1978) Para que a criança aprenda, é necessário que no seu interior haja um processo de transformação e mudança.

A aprendizagem é um processo normal, harmônico e progressivo, de exploração, descoberta e reorganização mental, em busca do equilíbrio da personalidade”(PIAGET, 1978).

O processo de aprendizagem é aquele que decorre da atividade do sujeito e que segue um determinado

percurso regido por leis internas. O método de ensino, diz respeito a uma ação intencional, ao esforço dirigido por um outro no sentido de fazer com que esse sujeito ascenda à compreensão e ao domínio desse objeto.

A aprendizagem deve ser encarada como uma ação educativa em que a finalidade é desenvolver no ser humano a capacidade que lhe permita interagir com o meio em que vive. A criança vai avançando nos seus estágios cognitivos na medida em que lhe é dada a oportunidade com diferentes materiais impressos.

A cada dia a sua representação do objeto vai se aperfeiçoando, até chegar a uma representação bem definida. Quanto mais ela tiver a oportunidade de comparar as ações executadas e as sensações obtidas, mais sua inteligência se desenvolverá.

É importante, conforme Vilella(2012), incentivar a criança a se expressar na língua escrita, mesmo que não domine totalmente o código convencional, pois ao escrever irá adquirindo maiores conhecimentos sobre a língua, não basta apenas saber ler e escrever, é preciso saber fazer uso da leitura e da escrita na prática social.

Quando a aula está ligada à atividade lúdica, o aluno participa mais e o desempenho dele é melhor. Com isso, minimiza-se a repetência e a evasão escolar. Trabalhos interdisciplinares com cada turma abordando um gênero. Com o lúdico, a aula fica bem mais interessante. A matéria vai entrar melhor na cabeça dele do que com o professor falando.

É preciso considerar que quando os jogos lúdicos são trazidos de forma cuidadosa, quando apresentadas como algo que é realmente valorizado pelo professor, também poderão ganhar um lugar especial.

Promover o ser humano é a principal função da escola. Portanto devemos acolher a todos, pois é através da prática que desenvolve o aprendiz.

Deve ser usada como uma experiência significativa para que seja realmente retida, transformada em informação útil e não somente um aprendizado mecanizado.

O ponto de vista inicial é que a brincadeira e a música devem ser entendidas como forma de aprendizagem, interação e linguagem fundamental na construção da criança como ser completo.

Percebe-se também que a brincadeira e a música são instrumentos potentes que aguça a inteligência melhorando o desempenho das crianças no aspecto intelectual, emocional e social.

Este trabalho contribuiu no sentido estimular eu educadora a me envolver mais no universo de brincadeiras infantis, integrando a brincadeira no processo de aprendizagem dos nossos alunos.

O educador deve saber dosar os momentos livres do brincar, que não devem ser deixados de lado em prol apenas de atividades programadas, como projetos didáticos. Trabalhar os dois momentos é o caminho mais adequado se não a brincadeira fica escolarizada, os períodos sem intervenção direta dos professores são fundamentais e permitem fazer diagnósticos, planejamento e são fontes de interação e desenvolvimento da criança.

A brincadeira é revelada na essência da pessoa, as crianças descobrem e redescobrem o mundo a cada instante através das brincadeiras e isso é fundamental na pré-escola onde a criança está se adaptando ao início de sua vida escolar.

O jogo permite a criança construir, dirigir e viver experiências que contribuirão para o desenvolvimento da sua personalidade e autoestima, contribui para a aquisição de conhecimento, aprendizagem das leis do mundo físico e para a assimilação de comportamento socialmente estabelecidos, é um meio fundamental para o desenvolvimento integral da criança pois envolve a sensorialidade, a percepção, o afeto, a coordenação motora, o pensamento, a imaginação, estimula o raciocínio e favorece a vivência de conteúdos e a relação com situações do cotidiano.

Os jogos educativos são definidos como recursos pedagógicos que tem relação à produção do conhecimento, estimulando e favorecendo o aprendizado através de um processo de socialização usando o lúdico, o brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos.

Os jogos de regras são definidos por jogos que tem como características regras pré-estabelecidas, combinando aspectos motores, intelectuais, sociais, aprendendo a respeitar as pessoas e o meio em que vive.

Os jogos de recreação são atividades que tem relação ao movimento, a criança desenvolve uma maior coordenação motora, cria normas de conduta e aprende a viver em grupo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A fase da primeiríssima infância e infância são as fases do desenvolvimento mais importantes da vida de uma criança. É onde a criança forma grande parte da sua personalidade, com o direito de brincar de forma prazerosa, praticar esportes, divertir-se com pessoas com quem ela tem afetividade e lhe dê confiança, conhecer o mundo ao seu redor. Quando a criança brinca, ela sempre aprende, as atividades lúdicas na escola dirigidas pelos professores e dentro do planejamento pedagógico, auxiliam no desenvolvimento psicomotores, cognitivos e afetivos-sociais, espontaneidade, solidariedade, ela interage com outras crianças e também com outros adultos, libera sua imaginação, coordenação motora, oralidade, resolve problemas.

Brincar é o que as crianças mais gostam de fazer e precisam fazer. As brincadeiras podem ser as mais diversas como faz de conta, músicas, teatrais, com brinquedos propriamente ditos, com objetos que, com a imaginação de quem está brincando, pode se tornar algo que ele não é, jogos entre muitos outros.

Porém as crianças estão brincando cada vez menos, os pais precisam trabalhar e com isso os brinquedos tecnológicos ocupam espaço da ludicidade na vida das crianças. Pais também fazem parte dessa fase de descobertas e aprendizagem, pois é muito importante que eles brinquem com seus filhos e faz com que criem vínculos, eles irão crescer com boas lembranças da infância, saberão lidar com suas emoções. Levar seus filhos a parquinhos, praças, brincar com amigos, inventar brincadeiras novas, resgatar brincadeiras antigas, tudo isso faz parte do desenvolvimento da criança.

Na escola o professor tem papel fundamental nesse desenvolvimento. É através de atividades, sendo elas lúdicas ou não, que observamos o desenvolvimento de cada criança, em todos os sentidos. A participação do professor é de extrema importância para estimular seus alunos, eleva o nível de interesse por parte das crianças a participarem, reforça os laços de afetividade entre eles, enriquece a imaginação.

A parceria família-escola também é de suma importância para que se tenha bons resultados na aprendizagem das crianças.

O dever de cada cidadão é garantir que a criança cresça e se desenvolva num ambiente acolhedor, com amor, segurança, a fim de que ela seja realmente criança. A criança que brinca e tem uma infância saudável, será um adolescente tranquilo e, muito provavelmente, será um adulto realizado e feliz.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda de Souza. Que dança é essa? Uma proposta para a educação infantil. São Paulo; Summus, 2016, 65 p.

ALMEIDA, M.T.P. Jogos divertidos e brinquedos criativos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental,(1998). Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, v. 3.

BRITO, Teca, Alencar, Música na Educação Infantil: propostas para formação integral da criança. 2ª ed. São Paulo: Peirópolis.2003.

CAMPBELL, Linda; CAMPBELL, Bruce; DICKINSON, Dee. Ensino e Aprendizagem por meio das Inteligências Múltiplas .2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CORREIA. Isis Mastromano. Educação Musical ainda não acontece na escola pública. Por quê?. 2013. Disponível em <http://blog.santoangelo.com.br>. Acesso em julho de 2024.

CRUZ, Otávio, Neto. O Trabalho de campo como descoberta e criação. 2003.

DEL BEN, L. Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula. São Paulo:Ed. Moderna.2003.

FARIA, Vitória Libia Barreto; SALLES, Fátima Regina Teixeira. Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo; Scipione, 2007, 106 p.

FERREIRO, Emilia. Com Todas as Letras. São Paulo: Cortez, 1999.

FONTEIRADA, Marisa, Trench, Oliveira. De tramas e fios – Um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora UNESP.2005.

GÓES, Raquel Santos. A música e suas possibilidades no desenvolvimento da criança e do aprimoramento do código lingüístico. Revista do Centro de Educação a Distância- CEAD/UDESC, Vol. 2, N°. 1. 2009.

IAN, Hans Günther. Música na escola: contribuição do ensino da música no aprendizado e no convívio social da criança. São Paulo: Paulinas, 1ª ed., 2009.

JOLY, Ilza, Zenker, Leme. Educação e educação musical: conhecimentos para compreender a criança e suas relações com a música. In:\_\_\_\_. HENTSCHKE, L;2003.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo, Cengage Learning, 2002.

LOUREIRO ,Alicia Maria Almeida - O Ensino da música na escola fundamental . Ed. Papirus.2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Desenvolvimento dos estados de consciência e ludicidade. Salvador, UFBA/ Faced, 2005.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou Da Educação. Tradução Roberto Leal. 3 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte, TAVARES, Isis Moura. Artes visuais e música. Curitiba: IESDE Brasil, 2006.

THIESSEN, Maria Lúcia; BEAL, Ana Rosa. Pré-escola, tempo de educar. São Paulo: Ática,1987.

VILELLA,Ivan. Música Popular nas Escolas.2012

VYGOTSKY, A Formação Social da Mente . São Paulo : Martins Fontes, 1991.



**NOVA GERAÇÃO**  
Assessoria Educacional

# EDUCAR E EVOLUIR